



ESTADO NOVO PORTUGUÊS E ESTADO NOVO BRASILEIRO: AFINIDADES E DIVERGÊNCIAS NAS RELAÇÕES COM O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO (DÉCADAS DE 1930 E 1940)

*ESTADO NOVO PORTUGUÊS Y ESTADO NOVO BRASILEÑO: AFINIDADES Y
DIVERGENCIAS EN LAS RELACIONES COM EL PATRIMONIO ARQUITECTÓNICOS
(DÉCADAS DE 1930 Y 1940)*

*PORTUGUESE ESTADO NOVO AND BRAZILIAN ESTADO NOVO: SIMILARITIES AND
DIFFERENCES IN THE RELATIONS ON THE ARCHITECTURAL HERITAGE (1930'S AND
1940'S)*

Eixo Temático: 5. Novos conceitos e “novos patrimônios”

Luiz Antonio Fernandes Cardoso

Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia; Professor da Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia

Joaquim Manuel Rodrigues dos Santos

Doutor em Arquitetura pela Universidade de Alcalá (Madrid); Investigador do Instituto para a
Investigação e o Desenvolvimento - Universidade Lusófona de Cabo Verde

Resumo:

Em 1926 deu-se em Portugal uma revolução protagonizada por militares; sete anos depois Oliveira Salazar foi conduzido ao cargo de Presidente do Conselho de Ministros, no âmbito do regime ditatorial designado como Estado Novo. Consolidado o poder, imediatamente foram criadas entidades nacionais de caráter político, entre as quais o Secretariado de Propaganda Nacional, Turismo e Cultura Popular, que desenvolveu a Política do Espírito que condicionou fortemente as opções patrimoniais no seio do regime. A criação da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), em 1929, veio possibilitar o desenvolvimento de uma política de intervenções patrimoniais por parte do Estado Novo. No Brasil vigorou também um regime ditatorial com a denominação de Estado Novo, abrangendo o período em que Getúlio Vargas governou ditatorialmente o país, de 1937 a 1945. Nesse período foram promovidas diversas medidas, entre as quais várias relacionadas com a implementação de políticas de preservação dos bens culturais. Em 1937 foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual IPHAN), órgão federal incumbido de proteger o patrimônio cultural brasileiro. Pretende-se com a presente comunicação analisar as políticas culturais promovidas ao longo destes regimes ditatoriais homônimos, português e brasileiro do Estado Novo, e o modo como essas políticas se refletiram na ideologização do patrimônio arquitetônico e, conseqüentemente, em muitas das intervenções restaurativas efetuadas. Recorrendo ao estudo de casos e à análise de documentação pertinente, tentar-se-á descortinar afinidades e divergências nas políticas patrimoniais entre os dois regimes, assim como encontrar outras relações que eventualmente se tenham estabelecido entre ambos.

Palavras-chave: Estado Novo; Brasil; Portugal; Intervenções Patrimoniais.

Resumen:

En 1926 se dio en Portugal una revolución protagonizada por militares; siete años después, Oliveira Salazar fue conducido al cargo de Presidente del Consejo de Ministros, en el ámbito del régimen dictatorial



designado como Estado Novo. Consolidado el poder, inmediatamente fueron creadas entidades nacionales de cariz político, entre las cuales el Secretariado de Propaganda Nacional, Turismo e Cultura Popular, que desarrolló la Política del Espíritu, condicionando fuertemente las opciones patrimoniales en el seno del régimen. La creación de la Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais en 1929 vino a posibilitar el desarrollo de una política de intervenciones patrimoniales por parte del Estado Novo. En Brasil también vigoró un régimen dictatorial con la denominación de Estado Novo, abarcando el período en el que Getúlio Vargas gobernó dictatorialmente el país. En ese período fueron promovidas diversas medidas, entre las cuales la implementación de políticas de preservación de bienes culturales. En 1937 fue creado el Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (actual IPHAN), órgano federal incumbido de proteger el patrimonio cultural brasileño. Se pretende con la presente comunicación analizar las políticas culturales promovidas a lo largo de los regímenes dictatoriales homónimos, portugués y brasileño, y el modo como esas políticas se reflejaron en la ideologización del patrimonio arquitectónico y, consecuentemente, en muchas de las intervenciones restaurativas efectuadas. Recurriendo al estudio de casos y al análisis de documentación pertinente, se intentará descubrir afinidades y divergencias en las políticas patrimoniales entre los dos regímenes "hermanos", bien como encontrar relaciones que se hayan establecido entre ambos.

Palabras-clave: Estado Novo; Brasil; Portugal; Intervenciones Patrimoniales.

Abstract:

In 1926 a revolution made by militaries happened in Portugal; seven years later Oliveira Salazar was conducted as President of the Portuguese Council of Ministries, within the dictatorial regimen named Estado Novo. After the consolidation of power, political national entities were immediately created. Among them was the Secretariado de Propaganda Nacional, Turismo e Cultura Popular, responsible for developing the Policy of Spirit which has strongly conditioned the patrimonial options inside the regime. The creation of the Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais in 1929 made possible the development of a polity for the patrimonial interventions by the Estado Novo. A dictatorial regime with the name of Estado Novo also existed in Brazil in the period when Getúlio Vargas governed the country as a dictator. In that time several executive measures were promoted, and among them were some concerning the implementation of policies for the preservation of cultural properties. In 1937 the Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional was created, a federal organization to protect the Brazilian cultural heritage. This communication intends to analyse the cultural policies promoted during the homonym dictatorial regimes in Portugal and Brazil, as well as the way those policies were reflected in the ideologization of architectural heritage, especially in the patrimonial interventions. By studying some cases and analysing important documentation, similarities and differences in the patrimonial policies of both regimes will be uncovered, as well as eventual relations established between them.

Keywords: Estado Novo; Brazil; Portugal; Patrimonial Interventions.



ESTADO NOVO PORTUGUÊS E ESTADO NOVO BRASILEIRO: AFINIDADES E DIVERGÊNCIAS NAS RELAÇÕES COM O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO (DÉCADAS DE 1930 E 1940)

O ESTABELECIMENTO DOS REGIMES DITATORIAIS EM PORTUGAL E NO BRASIL

O Estado Novo português

O período após a Primeira Guerra Mundial em Portugal foi marcado por uma enorme instabilidade política, com graves problemas de segurança e autoridade, com milhares de detenções e deportações forçadas para as colônias africanas, além da fuga massiva de capitais financeiros para o exterior. A crise das democracias europeias, aliada à desilusão do povo com os políticos e o seu clientelismo, corrupção e incompetência, influenciaram uma crescente simpatia pelas soluções autoritárias preconizadas pelos militares, as quais possibilitariam uma estabilidade. A decepção generalizada culminou com uma revolução protagonizada por militares em 28 de Maio de 1926, os quais suspenderam a Constituição Portuguesa, dissolveram o Parlamento e instauraram uma ditadura militar suportada por uma estrutura constitucional provisória. O novo regime não possuía inicialmente nenhuma componente ideológica definida, constituindo-se em uma amálgama de correntes ideológicas e políticas que se haviam combinado para esta ocasião.

O regime tentou desde logo destacar personalidades consideradas competentes para integrar o novo Governo, ainda que mantendo os mais altos cargos para os militares revoltosos¹. Uma das personalidades designadas para o Governo foi um jovem professor universitário de Coimbra, António de Oliveira Salazar (1889-1970), que assumiu o Ministério das Finanças. O seu objetivo era pôr em ordem as finanças públicas, algo que logrou com tanto sucesso – ainda que recorrendo a medidas por vezes draconianas – que paulatinamente foi subindo na hierarquia do poder, encarnando uma aura messiânica para os que clamavam por uma transformação regeneradora como via de salvação nacional capaz de suprimir a anarquia e decadência do país e, ao mesmo tempo, representando uma esperança redentora face a essa degeneração. Salazar prosseguiu na sua trilha de consolidação do poder, tendo sido em 1930 entronizado como líder do partido único, a União Nacional. Em 1933 foi aprovada uma nova constituição política que cessou a ditadura militar e instaurou outro regime político ditatorial intitulado como Estado Novo, que somente terminaria com a revolução democrática de 25 de Abril de 1974. Apoiado pelo partido único, Salazar foi conduzido ao cargo de Presidente do Conselho de Ministros, passando a deter o poder efetivo e instigando o programa ideológico que marcaria o Estado Novo até ao seu termo. O Estado Novo português caracterizou-se pelo seu conservadorismo tradicionalista, católico, nacionalista e imperialista.

Consolidado o poder, imediatamente foram criadas entidades nacionais de caráter político, como por exemplo, estruturas policiais que tinham características repressivas e de controle², uma organização paramilitar³ e outra de incentivo à participação política juvenil⁴, além de estruturas de

¹ CRUZ, Manuel Braga da. O Integralismo Lusitano e o Estado Novo. In: PINTO, António Costa (coord.). **O Fascismo em Portugal**. Lisboa: A Regra do Jogo, 1982. p. 105.

² A Polícia de Vigilância e Defesa do Estado em 1933, e as suas sucessoras, a Polícia Internacional de Defesa do Estado em 1945, e a Direcção-Geral de Segurança em 1969.

³ A Legião Portuguesa, fundada em 1936.

⁴ A Organização Nacional Mocidade Portuguesa, fundada em 1936.

propaganda política e de censura⁵. Na época inicial do Estado Novo assistiu-se a um progresso efetivo em Portugal, resultado de políticas de reanimação da economia e de controle financeiro, de promoção da educação e saúde pública, do desenvolvimento cultural e de infraestruturas públicas (saneamento, rede elétrica, vias de comunicação, etc.) e da estabilidade política. A ambígua política de neutralidade assumida por Salazar na Segunda Guerra Mundial, além de preservar o país, contribuiu para incentivar a produção nacional, impulsionada pela escassez de produtos derivada do conflito bélico.

Paradoxalmente, a vontade de desenvolvimento e modernidade que haviam estado no espírito dos revolucionários de 1926 foi progressivamente esquecida: em muitos aspectos o Estado Novo foi renitente ao progresso e às configurações de modernidade, fruto da mentalidade retrógrada e misoneísta de Salazar, o seu líder. O sentimento quase romântico de nostalgia por um tempo medieval presumivelmente perfeito nos seus valores morais levou a um certo imobilismo *ucrónico*⁶ em Portugal por essa época. Promovendo a cristalização de valores mais tradicionalistas e ruralistas associados a um tempo passado, os ideais salazaristas apresentavam-se de algum modo fora do seu próprio tempo⁷. Salazar considerava que, frente ao estado de decadência total a que havia chegado Portugal, lhe competia enquanto líder da nação orientar o estabelecimento de um novo rumo, fomentando a obra regeneradora do Estado Novo. Mediante um discurso nacionalista, Salazar tentou legitimar a sua posição e a do regime, apelando à unidade nacional e do império português, ao tradicionalismo conservador e nacionalista, e ao corporativismo e defesa dos valores morais católicos⁸.

Sob o lema “Deus, Pátria e Família”, o acto terapêutico de busca e redescoberta das raízes primordiais do país patentes nas tradições populares (e no que elas representavam) foi encarado como lições do Passado para o Presente e o Futuro; com isso a propaganda do regime baseada no Passado nacional converteu-se num poderoso instrumento ideológico. O processo de historicização das tradições populares transformou-as paradoxalmente numa realidade estática sem tempo definido, como se a sua evolução natural tivesse sido parada e reconduzida a um tempo que se queria perfeito, musealizando-as artificialmente⁹. A fabulação do povo e alma portugueses, da sua cultura, dos seus traços étnicos e sociais, e da sua história propiciou que os diversos agentes do regime pudessem manipular os materiais componentes da história, tradição e cultura portuguesas. Sob o pretexto de recuperar e manter vivas as lições da história, o regime começou a resgatar um Passado histórico que em alguns momentos foi claramente fictício, esquecendo eventos do passado considerados decadentes e amplificando o significado daqueles vistos como gloriosos e que estariam supostamente a ser continuados pelo Estado Novo. Em 1936 Salazar proferiu o discurso intitulado “*Era de Restauração, Era de Engrandecimento*”, no qual se podiam observar os seus grandes objetivos ideológicos¹⁰. Acentuadamente propagandista, o discurso promoveu um novo lema forte que seria tantas vezes repetido: “*restauração material, restauração moral, restauração nacional*”. O regime assumiu assim uma aura messiânica de salvador que faria engrandecer a nação portuguesa e recuperar os altos níveis do seu *Passado glorioso* (Figura 01).

⁵ O Secretariado de Propaganda Nacional, Turismo e Cultura Popular (SPN) em 1933 e o seu sucessor, o Secretariado Nacional de Informação (SNI) em 1945.

⁶ Do espanhol, reconstrução lógica aplicada à história, admitindo acontecimentos não ocorridos, mas que poderiam ter ocorrido.

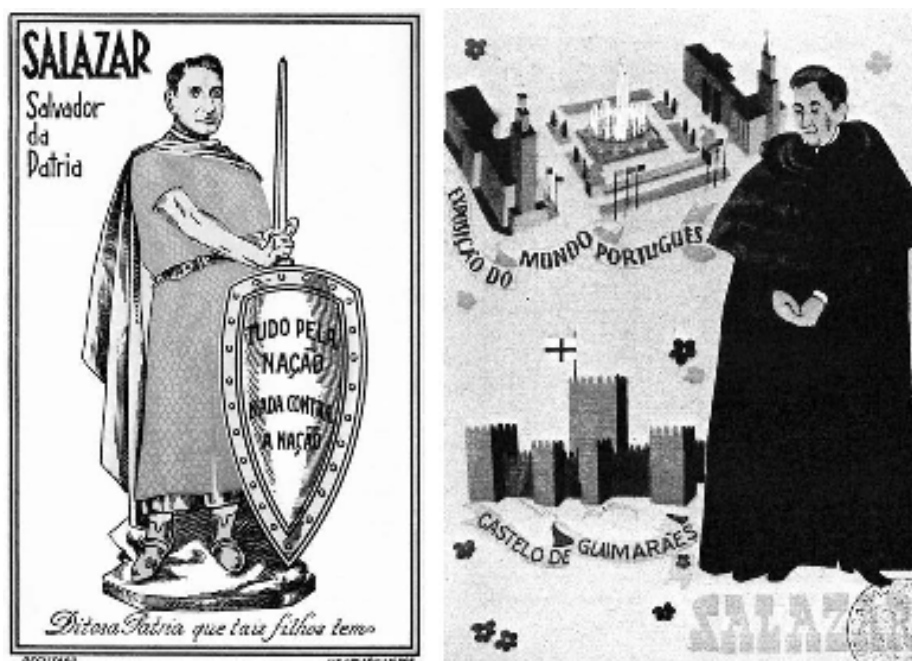
⁷ TORGAL, Luís Reis. **História e Ideologia**. Coimbra: Livraria Minerva, 1989, p. 172-174.

⁸ PROENÇA, Maria Cândida. O Conceito de Regeneração no Estado Novo. In: PINTO, António Costa (org.). **O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia**. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1987. vol. 2, p. 256-257.

⁹ MELO, Daniel Seixas de. **Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001. p.47.

¹⁰ SALAZAR, António de Oliveira. **Discursos e Notas Políticas**. Coimbra: Coimbra Editora, 1936. v. 2, p. 145-149.

Em 1933, foi criado o Secretariado de Propaganda Nacional, Turismo e Cultura Popular (SPN) sob a direção de António Ferro (1895-1956), albergando não só funções de propaganda e censura, mas também funções culturais. Ferro havia formulado uma filosofia cultural denominada *Política do Espírito*, tentando reconquistar o que considerava o espírito de Portugal, ou seja, a “portugalidade” ou “lusitanidade”¹¹: recuperação de grandes obras, elevação do gosto português, revivificação das tradições populares, melhoramento da paisagem portuguesa e difusão do espírito, cultura e arte nacionais¹². O SPN constituiu-se como um poderoso instrumento de enaltecimento do regime e do seu líder, promovendo um autêntico doutrinamento do povo mediante um variado conjunto de ações. Outras das grandes bandeiras do Estado Novo foram as obras públicas: num país rural e pouco industrializado, foi implementado sob direção de Duarte José Pacheco (1899-1943) um programa de fomento de vias de comunicação (estradas, pontes, portos, etc.), de equipamentos de serviços básicos (escolas, hospitais, universidades, etc.) e de planos urbanísticos e de habitação social.



Figuras 01 e 02: Cartazes de propaganda mitificando Salazar, elevando-o ao nível de grandes personagens históricos portugueses.

Fonte: Espólio do SNI, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa

O êxtase do Estado Novo foram as comemorações do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração da Independência de Portugal, promovidas pelo regime ditatorial em 1940 sob sugestão de Salazar¹³. Tanto a componente propagandística ideológica como a das obras públicas convergiram para aproveitar a comemoração de duas datas consideradas fundamentais para a história de Portugal (fundação e restauração da independência) para beneficiar o próprio regime, mediante a sua associação a eventos de altíssima carga simbólica na memória popular portuguesa, e a sua integração no imaginário coletivo. A retórica nacionalista do Estado Novo

¹¹ Ó, Jorge Ramos do. **Os Anos de Ferro**: O Dispositivo Cultural durante a “Política do Espírito” (1933-1949). Lisboa: Editorial Estampa, 1999. p.75.

¹² SALAZAR, António de Oliveira. **Discursos e Notas Políticas**. Coimbra: Coimbra Editora, 1933. v. 1, p. 261-262; SECRETARIADO NACIONAL DE INFORMAÇÃO. **Catorze Anos de Política do Espírito**. Lisboa: Secretariado Nacional de Informação, 1948. p. 35-37.

¹³ SALAZAR, António de Oliveira. **Discursos e Notas Políticas**. Coimbra: Coimbra Editora, 1943. v. 3, p. 41-58.



mitificava assim o regime, congregando-o aos gloriosos eventos da história nacional: “o ano do nascimento, o ano do renascimento e o ano apoteótico do ressurgimento”¹⁴ (Figura 02). O aproveitamento de eventos comemorativos com objetivos políticos propagandísticos foi de fato recorrente durante a vigência do Estado Novo em Portugal, visto que aqui a utilização massiva das imagens, dos símbolos e das palavras fortes constituíam-se em meios de transmissão que melhor comunicavam as mensagens de glória do regime.

Convidado de honra nas comemorações centenárias e único país a ter direito a pavilhão próprio na Exposição do Mundo Português, então realizada, foi o Brasil, a que Salazar apelou a participar não como convidado mas como parte integrante da grande família lusófona¹⁵. Tal apelo foi prontamente correspondido por parte do Brasil. Efetivamente, além da língua e dos fortes laços históricos e culturais existentes entre a ex-colônia e a sua antiga metrópole, existia nesse momento específico uma afinidade política: também no Brasil vigorava um regime ditatorial cuja denominação era igualmente Estado Novo, regime que vigorou no período em que Getúlio Vargas (1882-1954) governou ditatorialmente o Brasil, entre os anos de 1937 a 1945.

O Estado Novo brasileiro

O Estado Novo no Brasil corresponde a um desdobramento da ação política de Getúlio Vargas, líder da chamada Revolução de 1930, um movimento revolucionário que defendia a implantação de uma nova ordem política e econômica para o Brasil, substituindo a chamada política do “café com leite” e implantando no país um novo projeto de desenvolvimento baseado na substituição das importações e no desenvolvimento da atividade industrial. Em 1934, após chefiar um período de governo provisório, instaurado desde 1930, Vargas inicialmente apoia a promulgação de uma Constituição, elaborada por uma Assembléia Nacional Constituinte, que implantou no país uma nova lógica jurídico-política fundamentada em um regime democrático que assegurava à população brasileira, além dos direitos civis e a liberdade de expressão, o livre exercício do voto direto e secreto¹⁶, a pluralidade da organização sindical e a alternância no poder de suas lideranças.

Apesar dos consideráveis avanços desta Constituição em relação à precedente¹⁷, a sua validade foi bastante curta visto que perderia sua legitimidade apenas três anos depois de sua promulgação, antes mesmo que se efetivasse o processo eleitoral que elegeria o novo presidente. Getúlio Vargas, temendo que a situação conjuntural dela resultante implicasse numa possível perda de força política e sob a justificativa de impedir uma nova ameaça comunista de desestabilização do estado brasileiro¹⁸, promove um golpe buscando assegurar a sua manutenção no poder, dando início a um período de governo ditatorial autodenominado Estado Novo.

Para dar fundamento jurídico a esta nova conjuntura de governo, em 10 de novembro de 1937, foi outorgada uma nova carta constitucional da nação, idealizada e redigida pelo então ministro da Justiça, Francisco Campos. Esta nova constituição incorporava diversos princípios análogos aos previstos nas cartas de governos autoritários em vigor no território europeu, como as da Espanha,

¹⁴ FERRO, António. Carta Aberta aos Portugueses de 1940. In: REVISTA DOS CENTENÁRIOS. Lisboa: Comissão Nacional dos Centenários, 1939. n. 1, p. 19-23.

¹⁵ SALAZAR, António de Oliveira. **Discursos e Notas Políticas**. Coimbra: Coimbra Editora, 1943, vol.3, p.45.

¹⁶ A constituição brasileira de 1934 representou uma enorme conquista especialmente para as mulheres, visto que, desde então, passavam a ter direito ao voto e à postulação do exercício de cargos políticos, tornando-se ao mesmo tempo eleitoras e elegíveis.

¹⁷ A constituição de 1934 substituiu a antiga carta republicana de 1891. LEVINE, Robert. **O Regime de Vargas, 1934-1938: anos críticos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

¹⁸ Intentona Comunista de 1935 foi, sem dúvida, um movimento que deu margens a esse raciocínio.



Itália e Portugal. Desta maneira, Vargas pode governar o país sem contar com nenhuma oposição estruturada, visto que esta se encontrava impedida de se expressar de forma legal, em decorrência da promulgação de rígidas leis de censura e do fechamento do Congresso Nacional.

A constituição de 1937, popularmente conhecida como Polaca, ampliou os poderes presidenciais, estendendo a Getúlio Vargas o direito de interferir na esfera de poder do legislativo e do judiciário, e, de indicar os ocupantes dos governos estaduais. Apesar de incorporar algumas diretrizes políticas comuns aos governos autoritários de direita, não é possível compreender o Estado Novo brasileiro como uma simples cópia dos regimes nazifascistas¹⁹.

Os responsáveis pela construção desse novo projeto político – o Estado Novo – defendiam a idéia de que era necessário abandonar o liberalismo, visto como gerador de todos os problemas do país e, seguindo esta lógica, a implantação do Estado Novo se constituía no desdobramento dos ideais da Revolução de 1930, que teriam sido duramente prejudicados pelo caráter liberal presente na Constituição de 1934. Como resposta à crise da liberal-democracia, vislumbravam apenas a adoção de um regime forte e autoritário de exercício do poder. Neste sentido, o intervencionismo do Estado, implantado a partir de 1930, deveria ser fortalecido e se configuraria em uma característica marcante desse novo tempo, mesmo que de maneira subliminar. O Estado Novo, ainda no que tocava às suas principais proposições, abraçou o chamado “Estado de Compromisso”, criando mecanismos de controle e vias de negociação política²⁰ que resultaram no aparecimento de uma ampla frente de apoio a Getúlio Vargas.

Figurava como grande meta do Estado Novo o incentivo ao desenvolvimento econômico fundamentado na industrialização do país e, para isto, foram constituídas diversas instituições de fomento em áreas estratégicas, onde se destacavam o Conselho Nacional do Petróleo, o Conselho Federal de Comércio Exterior, e a Coordenação de Mobilização Econômica, esta última, criada a partir da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942. Indubitavelmente, apesar do forte caráter autoritário do regime de governo, o Estado Novo ainda trazia no seu projeto o espírito inovador da revolução de 1930, especialmente no que tocava ao objetivo de modernização da sociedade brasileira, instituindo em diversos setores a ideia de consolidar o Brasil como país do futuro.

Aspecto fundamental da política varguista era aquele referente à implementação de uma nova forma de articulação entre o Estado e as classes trabalhadoras: a partir de uma opção política de caráter populista, através de concessões e leis de amparo ao trabalhador, o governo alcançava a obtenção do apoio destas classes. Se por um lado esses novos procedimentos contribuíram para assegurar direitos básicos aos trabalhadores, por outro, implicaram na desmobilização dos movimentos sindicais, subordinando os sindicatos à imposição de um controle legal que regulamentava o seu campo de ação. Como decorrência, essas associações se transformaram em centros de difusão da propaganda varguista, sendo os seus líderes escolhidos entre representantes dos ideais governistas²¹.

¹⁹ Alguns dos pontos que diferenciam o Estado Novo do nazismo alemão ou do fascismo italiano decorrem da falta de um discurso ultranacionalista, da ausência de um partido intermediador da relação entre o Estado e a população e da inexistência dos processos de eugenia política. SCHWARTZMAN, Simon. **Estado Novo: um auto-retrato**. Brasília: Editora da UnB, 1983.

²⁰ Entre os novos órgãos criados pelo governo, destacavam-se o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), responsável por controlar os meios de comunicação da época e propagandear uma imagem positiva do governo, e o Departamento Administrativo do Serviço Público, que modernizou a organização do funcionalismo público, dificultando a implementação de práticas nepotistas e o tráfico de influências, entre outras regalias sedimentadas no seio dos serviços públicos.

²¹ GOMES, Ângela Maria Castro. O redescobrimto do Brasil; A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro. In. OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica; GOMES, Ângela Maria Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

Importante salientar que as ações paternalistas de Vargas voltadas para as classes trabalhadoras, além regulamentarem as relações de trabalho entre empregados e empregadores, aspecto fundamental para a forma de produção capitalista, também foram essenciais para o surgimento e expansão da burguesia industrial brasileira, no período (Figuras 03 e 04). Ao mediar, e as vezes barrar, o conflito de interesses entre essas duas classes, o governo varguista criava amplas condições para o desenvolvimento do campo industrial no Brasil, alimentadas pela sua interferência direta na economia, fomentando e efetivando uma política de incremento à industrialização, calcada na substituição de importações de bens e produtos.



Figuras 03 e 04: Cartazes propagandísticos, difundindo a imagem de Vargas como grande defensor das classes trabalhadoras.

Fonte: Arquivo pessoal de Luiz Antonio Fernandes Cardoso

A implantação dessa política de substituições das importações foi estruturada a partir da intensificação do apoio do Estado ao crescimento da indústria, fundamentalmente amparado na criação das indústrias de base. Este tipo de indústria seria determinante para o desenvolvimento de outros setores industriais, tendo em vista que dariam suporte e facilitariam a fabricação de diversos produtos ao fornecerem matéria-prima e insumos básicos para a atividade produtiva, tais como o aço, anteriormente também importados. Diversos empreendimentos industriais estatais foram implantados ao longo do Estado Novo, destacando-se entre as empresas estatais criadas pelo governo Vargas, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1940, a Companhia Vale do Rio Doce (atual Vale), em 1942, a Fábrica Nacional de Motores (FNM), em 1943, e a Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (CHESF), em 1945.

Pode-se observar que o Estado Novo surgiu, consolidou-se e extinguiu-se à luz do cenário de mudanças políticas ocorridas, no plano mundial, ao longo de meados dos anos 30 a meados dos anos 40 do século XX. O surgimento e consolidação do nazifascismo em território europeu incentivou Getúlio Vargas a promover a instalação de um governo autoritário no Brasil, e esse mesmo governo atingiu o ápice e a decadência em decorrência da conjuntura vivenciada ao longo da segunda grande guerra. O país passaria de simpatizante, entre 1937 e 1939, a inimigo do nazifascismo, em 1941, visto que, pressionado pelo capital americano que financiou a instalação da



siderurgia o Brasil, declarou guerra aos países do eixo, passando a apoiar os aliados a partir de 1942²².

Assim como o desenvolvimento da indústria de base no país se deve à participação brasileira no conflito, o regime estadonovista também tem nele fincados, mesmo que de maneira indireta, as razões do seu próprio enfraquecimento e superação. Afinal a vitória dos ideais democráticos contra a opressão nazifacista, alcançada pelos aliados contando com o apoio do Brasil, inviabilizava o paradoxo da manutenção interna de um regime fechado no país, como já renunciavam ações de protesto ocorridas desde 1943, onde se destacava o chamado manifesto dos mineiros, um verdadeiro libelo – assinado por profissionais liberais, empresários e intelectuais de inegável prestígio – em defesa das liberdades democráticas. Getúlio Vargas diante das pressões inicia um processo de abertura política, decretando anistia, possibilitando a reorganização partidária²³ e a livre indicação de candidatos à presidência do país que deveria vir a ser ocupada pelo vencedor das eleições programadas para dezembro de 1945. Apesar da habilidade política demonstrada Vargas, o receio corrente entre os chefes militares de que ele fomentasse um movimento em defesa de sua permanência no poder, contribuiu para a sua deposição em outubro do mesmo ano, abrindo espaço para a realização das eleições gerais e para posse do novo presidente: Eurico de Gaspar Dutra.

Ao não resistir ao golpe que o depôs e ao retirar-se momentaneamente de cena, Getúlio Vargas conseguiu consolidar, entre grande parte da população brasileira, a imagem política de um líder carismático e democrático. Tal postura lhe asseguraria amplo apoio popular que, transformado em votos, o conduziram ao senado federal ainda nas eleições de 1945, ao tempo em que também garantiriam o seu retorno à presidência da república, em 1951, desta vez como candidato eleito.

A RELAÇÃO DOS REGIMES DITATORIAIS COM O PATRIMÔNIO ARQUITECTÓNICO

As intervenções no património arquitetónico pelo Estado Novo português

O Estado Novo português personificava os monumentos arquitetónicos como sublimes livros de pedra cheios de memórias, recordando feitos históricos e altos valores dos antepassados que deveriam dar orgulho aos portugueses. A valorização dos vestígios do passado favorecia a reeducação ideológica coletiva do povo português mediante esses símbolos históricos, mais facilmente apreensíveis. O regime revelava predileção pelas grandes manifestações de heroísmo patriótico e por eventos históricos gloriosos, sistematicamente associados a monumentos nacionais que eram considerados testemunhos vivos de um passado ilustre. Facilitava-se assim a retenção das mensagens ideológicas para o povo português²⁴.

Em 1929, três anos após a revolução militar, foi criada a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), reunindo os serviços estatais que promoviam a edificação e

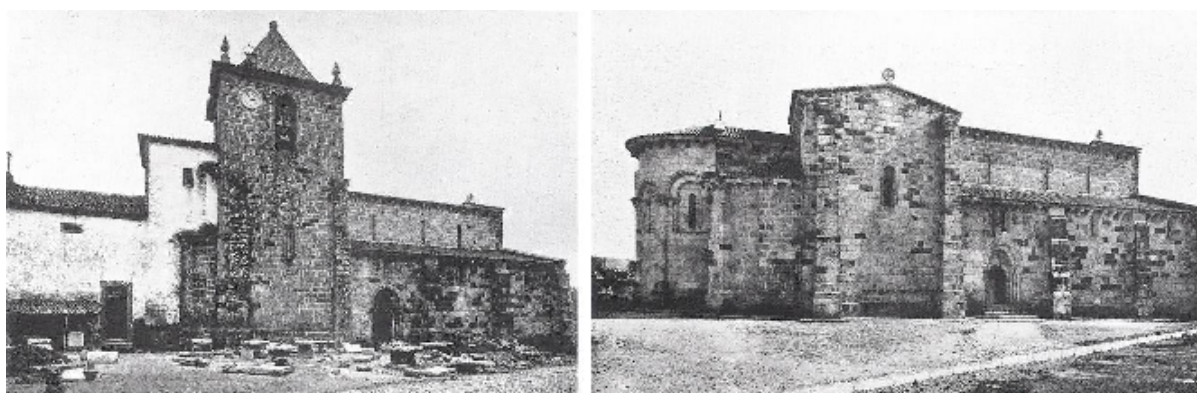
²² A concessão americana de um empréstimo de 20 milhões de dólares para Brasil, destinado inclusive à criação de uma grande companhia siderúrgica no Brasil, resultou da troca do apoio brasileiro aos países aliados e à entrada do país na guerra. CARONE, Edgard. **Brasil: anos de crise (1930-1945)**. São Paulo: Ática, 1991.

²³ Uma emenda constitucional aprovada por Vargas permitiu a criação de partidos políticos e a convocação de novas eleições a serem efetivadas ainda em 1945. Foram então criadas as seguintes agremiações partidárias: a União Democrática Nacional (UDN), agremiação de direita opositora de Vargas; o Partido Comunista Brasileiro (PCB), anteriormente considerado ilegal; e, finalmente, os partidos Trabalhista Brasileiro (PTB) e Social Democrata (PSD), sendo estes últimos verdadeiros redutos de apoio a Getúlio Vargas. SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

²⁴ NETO, Maria João. **Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)**. Porto: FAUP Publicações, 2001. p. 145-146.

desenvolvimento das obras públicas, que englobava também as de índole patrimonial. As competências no âmbito patrimonial da DGEMN compreendiam, entre outras, projetar, executar e fiscalizar intervenções de conservação, reparação ou restauro de monumentos nacionais, promover a cooperação entre o Estado e entidades particulares proprietárias de imóveis classificados²⁵, atualizar o inventário de edifícios classificados mediante a organização de catálogos e arquivos iconográficos, formular preceitos técnicos e regras para o desenvolvimento das intervenções patrimoniais, vigiar pelo cumprimento dos aspectos legais e jurídicos, e elaborar anualmente planos de intervenção patrimonial e a relação de gastos para a atribuição de fundos²⁶.

A DGEMN foi dirigida ao longo de cerca de três décadas por Henrique Gomes da Silva (1890-1969), engenheiro militar designado por indicação da junta militar que governava o país. Fruto dos escassos recursos econômicos motivados pelo plano de saneamento financeiro imposto por Salazar, nos primeiros anos da DGEMN continuaram-se os procedimentos e ações vindos do período da Primeira República, ou seja, foram feitas essencialmente intervenções de consolidação, de reparação e restauro pontual (por anastilose ou com incorporação de elementos novos geralmente diferenciados, como o cimento), e de composição de espaços exteriores, conforme se podia observar, por exemplo, nas intervenções realizadas no castelo de Leiria ou no castelo templário de Tomar. As ruínas eram estabilizadas para possibilitar a percepção global da estrutura edificada e ao mesmo tempo aumentar o sentido pitoresco associado aos vetustos vestígios arqueológicos como testemunhos poéticos do glorioso passado português, como se pode verificar, por exemplo, na intervenção no paço dos Duques de Bragança em Barcelos.



Figuras 05 e 06: Igreja de S. Pedro de Rates antes e depois da intervenção da DGEMN.
Fonte: Espólio da DGEMN, Arquivos o IHRU

No entanto, e também no seguimento de ações que vinham já de anteriormente, pouco e pouco algumas intervenções em pequenas igrejas medievais do norte do país adquiriram uma expressão mais complexa e profunda, quando se começou a pretender “recuperar o primitivo caráter medieval” destas, como sucedeu por exemplo nas igrejas de S. Pedro de Lourosa, de S. Pedro de Balsemão, de S. Pedro de Roriz, de S. Martinho de Cedofeita ou de S. Pedro de Rates (Figuras 05 e 06), entre outras. Refletindo a componente fortemente nacionalista do Estado Novo, os conjuntos medievais classificados foram claramente favorecidos para as intervenções da DGEMN, visto que eram considerados testemunhos das origens pátrias e traduziam eventos emblemáticos da história nacional. Para esses monumentos medievais serem facilmente apercebidos pelo povo e identificados com personagens e acontecimentos históricos que se pretendiam enaltecer, teria

²⁵ O vocábulo “classificados” aqui equivale a “tombados”, conforme utilizado no Brasil.

²⁶ NETO, Maria João. **Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)**. Porto: FAUP Publicações, 2001. p. 205-207.

então que se eliminar os elementos construídos posteriormente que obstruíam ou deformavam essa leitura do edifício medieval. A intenção de devolver a pureza primitiva aos monumentos motivou cada vez mais a realização de reintegrações arquitetônicas, sacrificando as contribuições adicionadas ao longo dos tempos, sobretudo as posteriores ao séc. XVI, pertencentes a épocas a que o regime associava a períodos de decadência nacional.

Assim como reescrevia a história de acordo com a sua ideologia, o regime também reescrevia as mensagens simbólicas transmitidas pelos monumentos. A eliminação de contribuições arquitetônicas de épocas posteriores à Idade Média era similar às páginas rasgadas dos livros que haviam passado por uma limpeza ideológica: somente permaneciam os eventos positivos, enquanto que os demais podiam-se mudar de posição para formar novos contextos recriados. O regime impôs a sua própria agenda política como motor para o incremento da atividade de recuperação patrimonial, considerando o patrimônio arquitetônico como elemento fundamental no âmbito propagandístico e suporte ideológico físico de uma simbologia que pretendia recuperar e promover²⁷. A primazia da política sobre os interesses artísticos e documentais do patrimônio arquitetônico – privilégio do valor histórico-simbólico em detrimento da própria historicidade – contribuiu para que os técnicos da DGEMN fossem frequentemente meros executantes subordinados.

Numa comunicação apresentada em 1934 durante o I Congresso da União Nacional, o diretor da DGEMN enunciou explicitamente princípios que (teoricamente) seriam seguidos pela mesma instituição nas intervenções sobre o patrimônio arquitetônico. Gomes da Silva também comungava dos ideais de reintegração prístina dos monumentos, propondo que os conjuntos edificados alvo de intervenções deveriam integrar-se à sua beleza primitiva, “expurgando as excrescências posteriores” e “reparando as mutilações” sofridas por ação do homem ou do tempo (as adições de épocas posteriores com valor artístico reconhecido poderiam, no entanto, ser mantidas e reparadas). A advertência de Gomes da Silva demonstrava não só uma evidente preocupação com a verosimilhança prístina, mediante a utilização de materiais e tecnologias antigas, mas também deixava entrever uma difamação crítica das intervenções patrimoniais realizadas anteriormente ao Estado Novo, enaltecendo por contraste a obra do regime ditatorial²⁸.

Em finais da década de 1930, à medida que se aproximava a celebração do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração da Independência de Portugal, a DGEMN inaugurou um novo período de atuação patrimonial, marcado por intervenções consideradas mais espetaculares. Os preceitos estabelecidos por Salazar para as comemorações determinaram a concessão de maior capacidade financeira para restaurar os conjuntos monumentais centenários mais emblemáticos, relacionados com os momentos históricos memoráveis que se pretendiam celebrar, preparando-os para o magnífico programa festivo. Os focos principais de atuação concentraram-se em Lisboa (a capital do “mundo português”), em Guimarães (considerada o berço da Nação) e em Vila Viçosa (simbolicamente associada ao restabelecimento da independência portuguesa), lugares político-ideologicamente emblemáticos para os eventos celebrados que seriam a base cenográfica para as manifestações de patriotismo. Para distribuir mais eficazmente a mensagem ideológica, determinou-se que os monumentos deveriam recuperar a suposta fisionomia prístina

²⁷ O governo divulgava frequentemente o estado dos monumentos, para que se pudesse comprovar mais facilmente a ação restauradora promovida pelo regime, conforme se pode observar por exemplo num texto elaborado por Luís Chaves (CHAVES, Luís. *As Injúrias do Homem nos Monumentos*. In: **Brotéria**. Lisboa, 1933. v. 17, p. 208-219). Numa entrevista concedida em 1932 a António Ferro, Salazar enunciou precisamente o abandono do património monumental português e a necessidade de o restaurar como imperativo patriótico nacional (FERRO, António. **Salazar**. Aveiro: Edições do Templo, 1978. p. 123-124).

²⁸ SILVA, Henrique Gomes da. *Monumentos Nacionais – Orientação Técnica a Seguir no seu Restauo*. In: I CONGRESSO DA UNIÃO NACIONAL: Discursos, Teses e Comunicações. Lisboa, 2010, **Actas....** Lisboa: Edição da União Nacional, 1935. p. 55-64.

que teriam quando sucederam os eventos celebrados; ou seja, as diretrizes emitidas pressupunham que os monumentos que sofreram intervenções deveriam assumir um aspecto medieval purificado, facilitando a sua identificação com o glorioso passado português por parte do povo.

O grande número de intervenções realizadas em simultâneo e a premência em cumprir prazos e limites orçamentários determinou o desenvolvimento de uma metodologia de intervenção baseada em critérios pragmáticos de eficácia. A urgência para a realização das obras – sobretudo as que antecediam as celebrações comemoradas pelo regime – começou a exigir maior celeridade, motivando a redução das pesquisas histórico-arqueológicas e o desenvolvimento técnico-construtivo. A apresentação dos projetos simplificou-se e começou gradualmente a resumir-se a plantas objetivas que sintetizavam as ideias gerais concebidas para orientação das obras. A simultaneidade das intervenções tornava possível a circulação de técnicos e um intercâmbio das suas experiências, que se aperfeiçoavam progressivamente²⁹.

Das mais comuns para as menos usuais, as operações de intervenção distribuíam-se entre: limpeza de vegetação e desaterros das estruturas construídas; consolidação estrutural, frequentemente demolindo estruturas com estabilidade deficiente e reconstruindo-as utilizando os mesmos materiais, mas também introduzindo em alguns casos reforços de concreto armado, de modo dissimulado, com o objetivo de travar paredes ou reforçar fundações; demolição de estruturas consideradas espúrias, com frequência de épocas posteriores à construção inicial, buscando a unidade e pureza estilística; reparação e substituição de telhados, pavimentos, canalizações pluviais e outros elementos; reconstrução parcial de estruturas arquitetônicas derrubadas, preenchendo as lacunas existentes de preferência por (suposta) anastilose ou reprodução mimética, reaproveitando os materiais disponíveis; recomposição de elementos arquitetônicos por analogia formal e construtiva; e finalmente, a reconstrução mais ampla (em alguns casos muito pontuais com uma componente inventiva).



Figuras 07 e 08: Paço dos Duques de Bragança em Guimarães antes e depois da intervenção da DGEMN.
Fonte: Espólio da DGEMN, Arquivos o IHRU

Visto que a DGEMN condenava a componente inventiva nas intervenções por considerar que falseava os valores associados aos monumentos, este último tipo de intervenção somente se efetuou em casos muito específicos, onde as estruturas arquitetônicas estavam dotadas de forte caráter simbólico e por isso era concedida à intervenção um sentido de excepcionalidade. Os exemplos mais paradigmáticos foram as intervenções no paço dos Duques de Bragança em Guimarães (Figuras 07 e 08), e no castelo de S. Jorge em Lisboa, ambos projetos delineados na

²⁹ TOMÉ, Miguel Ferreira. **Património e Restauro em Portugal (1920-1995)**. Porto: FAUP Publicações, 2002. p. 83-86.

esteira das celebrações dos centenários. Se no primeiro caso o objetivo da ambiciosa operação era recuperar uma das sedes emblemáticas da Casa de Bragança, reconvertendo-a em residência oficial da Presidência da República Portuguesa com as condições dignas exigidas a tal, no segundo caso pretendeu-se recuperar o sentido de fortificação-acrópole dominando a capital do império português, dando-lhe uma imagem idealizada em conformidade com a imagética cultural do castelo medieval português.

Além dos monumentos arquitetônicos alvo das intervenções, também o contexto espacial que os rodeava começou a ser cada vez mais objeto de atenção das operações da DGEMN. Anteriormente ao regime ditatorial existia já uma regra que concedia uma zona de proteção dos monumentos numa área com um raio de 50m em redor destes (que poderia ser maior caso se considerasse necessário), dentro da qual qualquer intervenção construtiva teria de ser devidamente autorizada. Com as intervenções de maior escala realizadas pela DGEMN a partir de finais da década de 1930, que incluíam por vezes extensas demolições de elementos arquitetônicos como forma de libertar os monumentos antigos da amálgama das estruturas edificadas espúrias que os ocultavam, os novos espaços vazios que rodeavam os monumentos restaurados passaram a constituir-se como espaços verdes que isolavam os monumentos do restante da massa urbana³⁰ edificada, como sucedeu especialmente com as fortificações medievais, sendo exemplos paradigmáticos as intervenções nos castelos de Beja (Figuras 09 e 10), de Trancoso ou de Chaves. Consequentemente criaram-se novos jardins e espaços públicos urbanos ou semi-urbanos que permitiam uma percepção visual mais controlada dos monumentos, nomeadamente com a implantação de massas arbóreas e percursos peatonais estudados para tirar proveito dos melhores enfoques visuais.



Figuras 09 e 10: Castelo de Beja antes e depois da intervenção da DGEMN.
Fonte: Espólio da DGEMN, Arquivos o IHRU

Podem ser referidos como casos paradigmáticos uma vez mais as intervenções realizadas nos espaços em torno do castelo de S. Jorge, em Lisboa, do castelo de S. Mamede, em Guimarães, e do castelo de Vila Viçosa por ocasião das comemorações do duplo centenário em 1940. Nos três espaços procedeu-se à demolição de estruturas incorporadas ou próximas às muralhas que se

³⁰ TOMÉ, Miguel Ferreira. **Património e Restauro em Portugal (1920-1995)**. Porto: FAUP Publicações, 2002. p. 104.



consideraram espúrias, criando parques verdes ajardinados com extensos relvados atravessados por caminhos e pontuados por massas arbóreas que, além isolar o monumento do tecido urbano, permitiam monumentalizá-los mediante o controle de perspectivas privilegiadas de contemplação. Em Lisboa e em Guimarães recuperou-se assim um simbolismo associado às colinas sagradas, sendo inclusive comparadas com as acrópoles clássicas.

Em 1947 celebraram-se outros eventos importantes, cuja coincidência de datas foi uma vez mais capitalizada ideologicamente pelo regime: o *Oitavo Centenário da Tomada de Lisboa*, e os 15 anos de liderança de Salazar como presidente do Conselho de Ministros, onde um dos eventos associados foi uma exposição que evocava as obras do regime intitulada *15 Anos de Obras Públicas* e onde se destacavam as intervenções da DGEMN em monumentos arquitetônicos, sob o lema “dar vida às velhas pedras é converter o Passado em Presente”³¹. Terminado o período onde se efetuaram a maioria das grandes intervenções patrimoniais no contexto das comemorações centenárias, foram estabelecidas em meados da década de 1940 as primeiras propostas para delimitação de Zonas Espaciais de Proteção (ZEP) para os monumentos, aproveitando a experiência adquirida nas intervenções efetuadas. O progressivo reconhecimento da relação entre monumento e espaço onde se insere permitiu começar a eleger opções mais respeitosas com a arquitetura menor que recompunha o quadro espacial no entorno dos monumentos e interagiu com eles concedendo-lhes escala, enquadramento, relações visuais, etc. As ZEP foram inicialmente instituídas como complemento das grandes intervenções operadas nos monumentos arquitetônicos, com intenção de proteger o caráter pitoresco do entorno que o contextualizava.

A proteção de áreas urbanas de dimensão significativa em redor dos monumentos acentuou a consciência da importância da arquitetura menor como depositária de valores pitorescos, além dos valores históricos. O edificado antigo garantia a autenticidade da vetustez dos conjuntos urbanos e do próprio monumento que contextualizava, introduzindo relações íntimas entre os monumentos ditos singulares, a arquitetura menor e os espaços públicos. Estes três elementos começaram a ser observados como estruturas articuladas, onde só a sua compreensão conjunta permitia compreender a estratificação histórica, a morfologia urbana, as técnicas construtivas, as implantações e alinhamentos, etc. A dispersão de monumentos nos conjuntos urbanos permitia criar no seu seio uma rede de proteção que por vezes formavam um segmento urbano contínuo sob proteção. Para otimizar a sua gestão, as distintas ZEP integravam-se sob uma única ZEP que constituía uma mancha urbana contínua. Nos casos em que existia uma cerca amuralhada classificada envolvendo um conjunto urbano antigo bem preservado, todo o espaço intramuros se tornava uma grande área de salvaguarda que possibilitava a sua gestão de forma mais integrada³².

Pouco a pouco, ao longo da segunda metade da década de 1940, foram estabelecidos “planos de embelezamento” de conjuntos urbanos antigos, cujos objetivos patrimonialistas incidiam predominantemente na preservação do caráter ambiental de intervenções realizadas nos espaços públicos e na valorização de elementos arquitetônicos considerados típicos, como fachadas, pórticos, beirados, colunatas, varandas e outros. Era frequente a busca de uma uniformidade da imagem urbana recorrendo à aplicação generalizada da cor branca nos edifícios, pontuada nas janelas, portas, esquinas e bases por outras cores pertencentes à paleta considerada tradicional (amarelo ocre, vermelho sangue de boi, azul cobalto, preto pó de carvão, verde loureiro, etc.). As

³¹ DIRECÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS. **15 Anos de Obras Públicas**. Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – Ministério das Obras Públicas, 1947. Catálogo de exposição. p.157.

³² CUSTÓDIO, Jorge Raimundo. **“Renascença” Artística e Práticas de Conservação e Restauro Arquitectónico em Portugal, Durante a Primeira República**. Dissertação (Doutoramento em Arquitectura)–Universidade de Évora, 2008. v. 2, p.1014.

novas estruturas edificadas incluídas nos centros históricos seguiam uma filosofia onde as formas e aspecto se baseavam nas características morfológicas existentes na arquitetura local, para se integrarem harmoniosamente – mesmo quando construídas em concreto armado e outras tecnologias modernas, eram muitas vezes escondidas sob camadas de pedra, tijolo, madeira e outras formas. Óbidos (Figura 11), Évoramonte ou Miranda do Douro foram algumas das povoações fortificadas onde se aplicaram planos de embelezamento, que em muitos sentidos eram quase que intervenções de maquiagem destes conjuntos urbanos. O final da década de 1940 e início da década de 1950 marcaram uma viragem progressiva no modo como o Estado Novo português encarava o património arquitectónico português e, neste caso mais específico, determinaram mudanças de atitude perante as intervenções patrimoniais protagonizadas pela DGEMN, em grande parte em virtude de uma maior abertura (ainda que transitória) ao exterior.



Figura 11: Vista aérea da vila fortificada de Óbidos, alvo de um plano de embelezamento concebido pela DGEMN.
Fonte: Espólio da DGEMN, Arquivos o IHRU

A construção das políticas de preservação do património cultural no Estado Novo brasileiro

No caso brasileiro a relação entre Estado Novo e preservação do património cultural, além de lastreada em um forte sentimento de nacionalismo, vai estar estreitamente ligada à construção de uma vinculação direta entre tradição e modernidade, que seria vista como base da emancipação cultural da nação brasileira. Na verdade, tanto a constituição desse sentimento de nacionalismo como também a construção dessa relação direta entre tradição e modernidade vinculam-se a processos que antecedem ao golpe que instituiu o Estado Novo, permeando toda a fase correspondente às duas décadas anteriores à Revolução de 1930, até o momento em que se instituiu o governo estadonovista. Este intervalo também compreende o período de formulação conceitual e afirmação do movimento neocolonial, assim como a época dos seus embates com os defensores do movimento moderno, no campo das artes e da arquitetura.

A excessiva subordinação da produção artística do Brasil à influência europeia e aos cânones das *beaux arts*, particularmente no campo da arquitetura, deu margem a que aflorasse entre

representantes das elites intelectuais brasileiras um forte sentido de patriotismo e nacionalidade, provavelmente também alimentado pela aproximação do primeiro centenário da independência do país. Ao longo do século XIX – que desde o início foi marcado pela transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro (1808) e pela vinda da Missão Artística Francesa (1816), base para a criação da Academia Imperial de Belas Artes – e mesmo durante as primeiras décadas do século XX, o significado do adjetivo “civilizado”, no Brasil, praticamente se traduzia em adotar parâmetros estéticos e padrões comportamentais de origem européia³³, especialmente francesa ou anglo-saxônica, sendo desconsiderada a influência da cultura de Portugal, por ser entendida como inferior e atrasada³⁴.

As reações a tal situação surgem, inicialmente, no campo da produção arquitetônica e, curiosamente, são formalmente deflagradas por um arquiteto estrangeiro que havia migrado para a pulsante cidade de São Paulo do início do século XX: Ricardo Severo, português da cidade do Porto. Severo, a partir dos anos 10 do século passado, participou ativamente da vida intelectual da cidade de São Paulo, não se limitando aos círculos compostos por seus conterrâneos, mas também se envolvendo nos meios sociais e institucionais das elites paulistanas. Coube a ele “enunciar um programa vigoroso de ação que é considerado, com acerto, o marco inicial da arquitetura neocolonial no Brasil – como movimento”³⁵.

Severo, em 1914, numa conferência³⁶ proferida na poderosa Sociedade de Cultura Artística de São Paulo, de maneira bastante didática, colocou em foco o que, segundo seu ponto de vista, deveria ser entendido com matriz definidora do universo da arte tradicional do país: àquela produção artística de origem luso-brasileira, mais especificamente a arquitetura. Sob esta ótica, a contribuição das tradições indígenas não chegava a ser considerada, “...pelo quadro social destes aborígenes, a arquitetura nada produziu além da cabana de madeira...”. Quanto ao que dizia respeito às outras manifestações artísticas vinculadas às culturas nativas, acrescentava que estas “estão para a civilização brasileira como os bronzes e bibelots da China e Índia...sob o ponto de vista das artes menores e decorativas, nada tem de condenáveis muitos desses motivos indígenas, que pelo seu caráter e simbolismo original, se prestam a novas experiências estéticas; estas não serão porém tradicionais, se bem que caracteristicamente autóctones”³⁷.

Tal discurso ganhou maior expressividade e força a partir da Exposição Internacional de Comemoração do Centenário da Independência do Brasil³⁸, realizada no Rio de Janeiro, em 1922, e com a adesão do influente crítico de arte José Marianno Filho. Este, quando diretor da Escola Nacional de Belas Artes, incorporou o estudo da arquitetura tradicional ao curso de arquitetura aí ministrado, inclusive financiando viagens de estudos para as cidades históricas de Minas Gerais, aos seus alunos mais destacados, caso, por exemplo, de Lúcio Costa. No início dos anos 30, pode-se dizer que a arquitetura neocolonial havia se firmado como arquitetura oficial do Brasil e

³³ É incontestável a profusa assimilação dos padrões estéticos do velho mundo nas artes e na arquitetura brasileira, a partir do século XIX, ora reinterpretando seus estilos históricos, ora buscando uma composição harmônica de elementos construtivos de estilos europeus distintos, resultando em uma das mais populares vertentes ecléticas no campo da arquitetura produzida no Brasil, ou seja, o chamado pastiche compositivo. Cf. FABRIS, Annateresa (org.). **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Nobel / Edusp, 1987.

³⁴ Cf. FONSECA, Maria Cecília L. da. **Construções do Passado: concepções sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (Brasil: anos 70-80)**. Brasília: Instituto de Ciências Humanas da UnB, 1994. p. 89 (Tese de Doutorado)

³⁵ Cf. KESSEL, Carlos. **Arquitetura Neocolonial no Brasil: entre o pastiche e a modernidade**. Rio de Janeiro: Jauá Editora, 2008. p. 83.

³⁶ Esta conferência intitulada “A arte tradicional no Brasil: a casa e o templo”, foi proferida em 20 de julho de 1914. Cf. KESSEL, op.cit. p. 83.

³⁷ SEVERO apud KESSEL, op.cit. p. 85.

³⁸ Onde a maior parte dos pavilhões brasileiros foram construídos no estilo neocolonial. Cf. BRUAN, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 4ª. Edição, 2002. p. 55.



José Marianno Filho, a esta altura um dos líderes incontestáveis deste movimento, assumia destaque nos meios intelectuais que passaram a defender a bandeira da preservação do patrimônio cultural brasileiro, ao propor a criação da Inspetoria dos Monumentos Público de Arte.

Apesar de se observar uma relativa semelhança entre os discursos dos seguidores do neocolonial e do modernismo, no que tocava à questão do nacionalismo, as diferenças passam a ser substanciais quando a análise envolve o universo das suas concepções estéticas e arquitetônicas. Enquanto os seguidores do movimento neocolonial preconizavam a retomada da arquitetura tradicional como princípio estético e fonte de inspiração para produção da arquitetura brasileira contemporânea de então, ou seja, utilizar-se de elementos estilizados ou mesmo resgatados de obras demolidas – tais como frontões, portadas, etc. – comuns aos grandes monumentos barrocos do período colonial; os arquitetos modernistas defendiam a idéia da existência de uma continuidade natural entre os princípios definidores da arquitetura tradicional do Brasil colônia e os postulados presentes no discurso moderno, uma verdadeira ponte entre tradição e modernidade construtiva, em que, por exemplo, os treliçados de madeira (muxarabis, rótulas e gelosias) resultariam nos *brises soleils*, as estruturas autônomas de madeira nas estruturas autônomas de concreto armado e, por conseguinte, nas plantas e fachadas livres, nos pilotis, etc. Somava-se a isto a presença de uma simplicidade e despojamento formal, especialmente nas construções civis do período colonial, que também era comum à plasticidade da obra moderna. Ou seja, sob esta perspectiva, “**ser moderno no Brasil, equivalia a ser brasileiro**”³⁹.

A despeito da força alcançada pelo movimento neocolonial, ao longo do governo Vargas, foram os modernistas os destinados a implantar as políticas públicas oficiais no campo da preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, e a se responsabilizar pelo projeto e construção de uma das obras mais icônicas do período: o edifício do Ministério da Educação e Saúde. Registra-se que, além da forte simpatia às artes e ao pensamento modernos expressada pelo ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, os arquitetos modernistas “constituíram a maioria dos funcionários do SPHAN”, instituição a ele subordinada. Tais fatos podem ser atribuídos não só à competência com que os seguidores do movimento moderno demonstraram na divulgação de suas idéias, como também à própria afinidade que o pensamento moderno estabelecia com os objetivos de modernização do país, presentes no projeto político da era Vargas. Considerando o exposto até aqui, pode-se dizer que se “os tradicionalistas tivessem vencido a disputa pela implantação da política oficial de preservação, a configuração do patrimônio histórico artístico nacional, sem dúvida, não seria a mesma, pois nela a disputa estética foi essencial.”⁴⁰

Quando da instituição do Estado Novo e da criação do SPHAN, as bases conceituais que dariam fundamento a ação dos modernistas na implementação das políticas de preservação já se encontravam estruturadas. O entendimento conceitual da obra de arte que deu sustentação à seleção e a preservação dos bens patrimoniais a partir da criação do SPHAN, foi paulatinamente cristalizado ao longo do desenvolvimento das contendas com os tradicionalistas, apoiadores do movimento neocolonial, assim como da reflexão teórica e da experiência prática dos integrantes do movimento moderno enquanto funcionários da instituição. Para se entender a prática de preservação estabelecida pelo SPHAN nos primeiros tempos de sua atuação, torna-se fundamental refletir aprofundadamente acerca do entendimento da visão de arte e de história compartilhada por aqueles que se propuseram a conjecturar não apenas sobre a instituição, mas também sobre a dimensão moderna da arquitetura e desses mesmos conceitos. Sendo assim, o

³⁹ Cf. SANT’ANNA, Márcia. Modernismo e Patrimônio: o antigo-moderno e o novo-antigo. In CARDOSO, Luiz A. F. e OLIVEIRA, Olívia F. de (org.). **(Re)Discutindo o Modernismo: universalidade e diversidade em arquitetura e urbanismo modernos no Brasil**. Salvador: MAU / UFBA, 1977. pp. 120. (grifos da autora)

⁴⁰ Cf. SANT’ANNA, Márcia. **Da Cidade-Monumento à Cidade-Documento: a trajetória da norma de preservação no Brasil (1937-1990)**. Salvador: PPG-AU / UFBA, 1995. pp. 122-129. (Dissertação de Mestrado).



“discurso de Mário de Andrade sobre estética Moderna e o de Lúcio Costa sobre qualidade arquitetônica são fundamentais para essa compreensão pois, em última análise, apontam os valores estéticos que atravessam o tempo e colocam em pé de igualdade, o antigo e o moderno”⁴¹. Em suma, o objetivo maior de Lúcio Costa e Mário de Andrade era mais do que salvar um patrimônio histórico e artístico sob risco de desaparecimento, era fundamentalmente o de estabelecer uma identidade artística para o Brasil⁴². Não se pode perder de vista que ambos foram protagonistas do desenvolvimento de ações voltadas à estruturação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), e, por conseguinte, influíram diretamente no desenvolvimento das políticas oficiais de preservação de bens culturais no Brasil, por muitos anos. Mário de Andrade, atendendo a pedido do ministro Capanema, se responsabilizou pelos estudos que resultaram na formulação do anteprojeto que serviu de base para a criação do SPHAN, e Lúcio Costa, além de colaborador do ministério na efetivação do processo, tornou-se em seguida um importante funcionário de carreira da mesma instituição, participando decisivamente de muitas das ações de preservação aí implementadas, por cerca de trinta anos.

Embora atuassem em campos artístico-profissionais distintos – Andrade na literatura e Costa na arquitetura – ambos, em síntese, partilhavam de um mesmo ponto de vista no que tocava ao entendimento do passado e aos princípios norteadores da qualificação do objeto artístico de seu domínio. Ao se debruçar sobre a análise das características intrínsecas à boa poesia, Mário de Andrade conclui que esta “deveria ser pura, despojada, sintética, atual em seus temas e, sobretudo, econômica nos meios sensíveis que utiliza”⁴³. No que se refere à sua visão do passado, Andrade dizia: “Nada de confusão. Há grande diferença entre ser do passado e ser passadista. Goethe pertence a uma época passada mas não é passadista porque foi modernista em seu tempo. Passadista é o ser que faz o papel de carro de boi numa estrada de rodagem”⁴⁴. O passado “é lição para se meditar, não para reproduzir”⁴⁵.

No ano de 1931, em um artigo publicado em *O jornal*, Lúcio Costa, respondendo à crítica que lhe foi dirigida por José Marianno Filho, explicita o seu entendimento acerca de como a verdadeira arquitetura deveria se pautar: estar voltada para os interesses coletivos e não individuais; ser contemporânea ao seu tempo, utilizando as técnicas e materiais construtivos disponíveis; e, finalmente, explicitar os seus métodos e materiais construtivos em sua fisionomia, abominando o escamoteamento do seu processo construtivo. Para ele a arquitetura moderna assim como a arquitetura colonial eram verdadeiras, visto que ambas atendiam a esses princípios, enquanto a arquitetura eclética e neocolonial, justamente pela ausência dessas características, resultaria de um processo repleto de falsidade e de falta de estilo⁴⁶.

A crítica de Lúcio Costa ao ecletismo e ao movimento neocolonial e seus excessos, explicitada na sua análise da obra da Escola Normal do Rio de Janeiro, segundo ele enterrada num “manto de alvenaria inútil”, corresponde à crítica que Mário de Andrade fazia à poesia romântica e parnasiana, referindo-se à verdadeira poesia como uma “mulher escandalosamente nua” que “os poetas modernistas se puseram a adorar”. Ou seja, em suas concepções estéticas, ambos ressaltavam os valores de pureza, simplicidade e despojamento formal, livres dos excessos, sejam daqueles presentes na alvenaria inútil que afogava a Escola Normal ou das pesadas

⁴¹ Ibid. p. 122.

⁴² Cf. SANT’ANNA, Márcia. **Modernismo e Patrimônio**...op. cit. p. 120.

⁴³ Ibid. p. 122.

⁴⁴ ANDRADE, Mário de. *Obra Imatura*. São Paulo: Martins Editora, 1960. p. 238.

⁴⁵ ANDRADE, Mário. Prefácio Interessantíssimo. In RODRIGUES, A. Medina (et. al.). **Antologia da Literatura brasileira: textos comentados**. São Paulo: Marco, 1979. vol. 2, pp. 28-32

⁴⁶ COSTA, Lúcio. *Uma Escola de Viva de Belas-Artes*. In **Arquitetura Moderna brasileira: depoimentos de uma geração**. São Paulo: Pini / ABEA / Fundação Vilanova Artigas, 1987. pp. 47-48.



vestimentas que encobriam o “corpo nu” da poesia parnasiana e romântica. A “**verdadeira arquitetura**” de Lúcio Costa e a **verdadeira poesia** de Mário são definidas a partir da especial relação que mantêm com o passado, com o presente e com a forma⁴⁷.

Embora o projeto de Mário de Andrade tivesse um caráter bem mais amplo e pretendesse consolidar a idéia de identidade nacional a partir da eleição de genuínas formas do fazer tradicional em diversos campos da cultura, este veio a ser substituído por uma concepção mais simplificada, que propunha somente uma delimitação do campo do que se entendia como arte brasileira, e que, a partir de uma visão modernista, atribuía valor patrimonial a exemplares da arte – especialmente da arquitetura – tradicional e moderna. Desde então se instituiu no Brasil uma baliza que privilegiava especialmente os padrões estéticos como elementos determinadores do que deveria ser merecedor de estar incluído no universo do patrimônio cultural brasileiro, em detrimento de outros valores que poderiam também vir a ser considerados. Apesar de não ter tido o seu projeto completamente aprovado, Mário de Andrade não se desligou das atividades voltadas à preservação do patrimônio até o final de sua vida, embora cobrasse uma maior utilização do valor histórico como alternativa de proteção para bens que não se constituíam em obras de arte, mas que se revestiam de grande significação, segundo o seu próprio juízo. Por outro lado, jamais demonstrou desacordo com os critérios de seleção em vigor no SPHAN, visto que partilhava do mesmo entendimento da visão de arte e história, empregado na instituição.

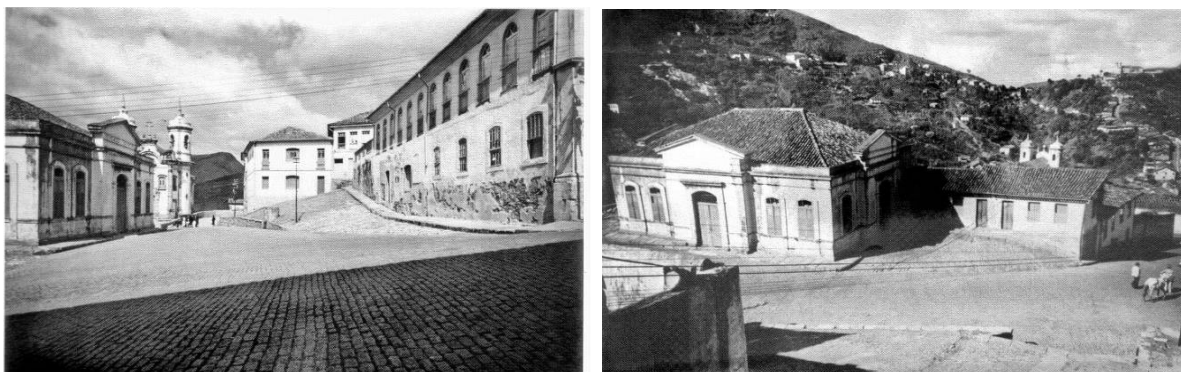
Essa maneira de conceber a noção de arte e de história só viria a ser questionada a partir do final dos anos setenta, quase quarenta anos depois da extinção do Estado Novo. A sua longa duração se deve, entre outros fatores, a uma certa liberdade desfrutada pelo SPHAN ao longo da sua história, que possibilitou uma extraordinária continuidade administrativa, decorrente do fato do seu primeiro presidente, Rodrigo de Melo Franco, ter permanecido no cargo por cerca de 30 anos, período em que esteve vinculado alternadamente a governos ditatoriais (de 1937 a 1945 e de 1964 a 1967) intercalados por outros de relativa estabilidade democrática. Seguramente um componente da maior importância para o sucesso da gestão de Rodrigo de Melo Franco à frente do SPHAN foi o fato de poder contar com um quadro de funcionários que compartilhavam de uma profunda afinidade intelectual, também partilhada por ele. Cabe ressaltar que essa união entre os funcionários e o seu gestor não era resultante de uma única filiação ideológica ou mesmo de uma identificação com os regimes de governo, devendo esta ser creditada à crença, partilhada entre todos eles, de que era possível a emancipação cultural do Brasil, a partir da implementação de uma política pública de preservação que contemplasse efetivamente a cultura nacional e os bens que lhe davam identidade.

Até os anos setenta haviam sido preservados, sob o instituto do tombamento do SPHAN, quase que exclusivamente monumentos do período colonial e alguns exemplares da arquitetura moderna que, praticamente, já “nasceram” tombados: casos do prédio do Ministério da Educação e Saúde (MES) – o icônico Palácio Capanema projetado por uma equipe de arquitetos brasileiros com a consultoria de Le Corbusier, No Rio de Janeiro –, concluído em 1945 e tombado em 1948, e da Igreja de São Francisco de Assis – projetada por Niemeyer, em Pampulha, Minas Gerais –, concluída em 1943 e tombada em 1947. De um total de mais de 500 de tombamentos, faziam parte alguns poucos edifícios neoclássicos e apenas três ecléticos, tombados não pelos seus valores artísticos e sim pelos seus significados históricos, como testemunhos do estilo característico do período correspondente à Primeira República. Em todo o país, diversas edificações e conjuntos urbanos datados do século XIX ou início do século XX foram desconsiderados nessa política de preservação, muitos sendo então destruídos, isto por não se enquadrarem dentro daqueles parâmetros que identificavam o patrimônio cultural brasileiro a partir

⁴⁷ Cf. SANT’ANNA, Márcia. **Modernismo e Patrimônio**...op. cit. p. 124. (grifos da autora)

da visão modernista que defendia a idéia do barroco mineiro e da arte moderna como a genuína arte nacional, o que não os fazia dignos de proteção.

A destruição desses conjuntos ou edificações muitas vezes foi até vista como alternativa apropriada para, através da liberação do entorno, valorizar e por em evidência exemplares da arquitetura colonial. Tal foi o caso da demolição de uma edificação de inspiração clássica (Figuras 12 e 13), promovida pelo SPHAN nos anos de 1940, no chamado Largo do Coimbra⁴⁸, abrindo novas perspectivas para visualização da Igreja de São Francisco de Assis de Ouro Preto, considerada uma das obras primas do barroco mineiro. A mesma lógica, em outra escala, municiou por muitos anos os trabalhos de restauração e conservação de monumentos e conjuntos urbanos tombados pelo SPHAN, que foram metodicamente expurgados dos elementos ecléticos acrescentados ao longo dos tempos, especialmente nas suas fachadas. Estes foram sistematicamente suprimidos destas edificações, em nome de uma suposta retomada das suas características e pureza originais. Esta prática, consolidada por mais de quarenta anos de ação do órgão, persistiu de modo menos evidente ainda nos anos de 1990 nas grandes obras de recuperação do Centro Histórico de Salvador⁴⁹, quando alguns exemplares, cujas fachadas incorporavam traços do estilo neocolonial, foram modificados e “limpos”, buscando-se o resgate de uma eventual pureza estilística, nem sempre evidenciada na edificação original.



Figuras 12 e 13: A esquerda, vista do Largo do Coimbra, vendo-se, também à esquerda, a edificação à frente da igreja de São Francisco. À direita, vista de outro ângulo da mesma edificação.

Fonte: Arquivo do SPHAN-PróMemória

Contudo, os exemplos mais paradigmáticos de sedimentação dessa prática talvez possam ser encontrados em Ouro Preto, cidade símbolo do patrimônio cultural brasileiro visto sob a ótica modernista. Pelo menos três intervenções efetivadas na cidade contando com o acompanhamento direto de Lucio Costa podem servir de exemplo para aprofundamento dessa discussão. Primeiramente pode-se tomar o caso da inserção de uma edificação moderna no contexto histórico da cidade, o conhecido Grande Hotel de Ouro Preto, projetado por Oscar Niemeyer no final dos anos 30 e concluído em 1944. Apesar de não encontrar empecilhos na convivência entre a arquitetura moderna e a arquitetura colonial, Lúcio Costa chega a manifestar preocupações acerca da construção de uma nova edificação de escala significativa sem estabelecer qualquer

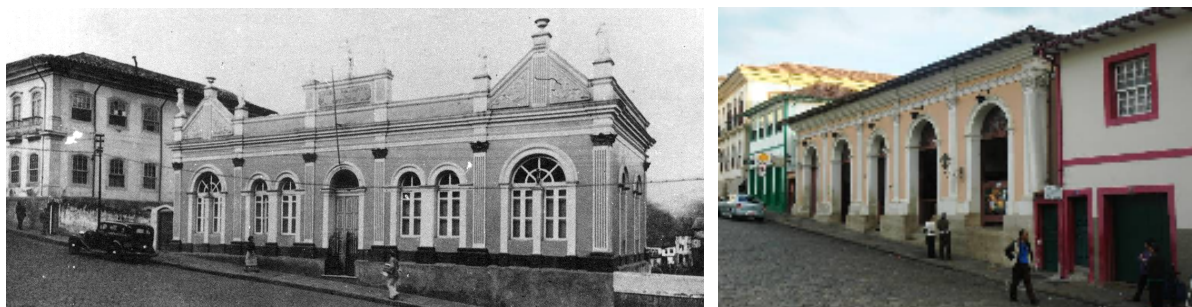
⁴⁸ Cf. VIEIRA, Liliene de Castro. Largo do Coimbra, Ouro Preto: a trajetória de um espaço frente ao pensamento moderno e à política de preservação do SPHAN. In **Anais do VI Seminário DOCOMOMO-Brasil: Moderno e Nacional**. Niterói: UFF, 2005.

⁴⁹ Cabe aqui destacar que tais obras foram implementadas pelo órgão estadual de preservação da Bahia (IPAC), que assim como as diversas instituições congêneres, das esferas estaduais ou municipais no Brasil, foi criado à luz do modelo do SPHAN, recebendo influências não apenas da sua estrutura administrativa, mas também partilhando a mesma lógica no que tocava ao entendimento do universo patrimonial a ser preservado, embora às vezes resguardassem algumas particularidades.

acordo formal com a paisagem urbana preservada. Diante disso, mesmo que reafirmando o seu discurso de compromisso com os princípios de verdade e honestidade que deveriam nortear a arquitetura, Costa encaminha ao presidente do SPHAN uma recomendação que defende a idéia de que o novo edifício, sem falsear ou escamotear o seu partido arquitetônico mesclando-se ao conjunto edificado do local, devesse se utilizar de princípios compositivos que não acentuassem o contraste entre o passado e o presente, buscando, apesar da sua escala, “aparecer o menos possível, não contar, ou melhor não dizer nada (...) para que Ouro Preto continue, sozinho lá no seu canto, a reviver a própria história.”⁵⁰

A severidade observada nesse parecer de Lúcio Costa, que deixava entrever um entendimento da cidade como uma obra fechada e concluída, contribuiu para a que a definição das regras a serem seguidas para a inserção de edificações recentes no conjunto tombado, fosse assentada sobre parâmetros muito inflexíveis, entendendo estas novas intervenções como retoques a serem implementados em uma obra de arte acabada. Impossibilitadas de também alcançar o posto de protagonistas nesse cenário, as novas obras deveriam seguir as principais características arquitetônicas do lugar, resultando na maioria das vezes em exemplares de arquitetura de baixa qualidade, que apenas reproduziam de modo simplificado o “estilo colonial”, sem nenhum sentido de identidade, que passou a ser popularmente conhecida como “estilo patrimônio”.

Outra intervenção que contou com a participação direta de Lúcio Costa foi a reforma do prédio do antigo Liceu de Ouro Preto (Figura 14) para instalação do Cine Vila Rica, em 1957. Mais uma vez se explicitou a valorização dos padrões estéticos segundo a ótica modernista, em detrimento dos valores históricos, por ventura relacionados ao edifício objeto da intervenção. A principal questão identificada no processo da reforma, mais do que o próprio imperativo de ampliação da área construída da edificação, em decorrência da necessidade de construção da platéia ou sala de projeção propriamente dita, ao fundo do lote, foi a discussão das linhas que deveriam nortear a concepção da “nova” fachada do cinema. Aproveita-se a oportunidade da execução da obra para eliminação do “aspecto bastardo” da arquitetura de inspiração eclética do edifício do antigo Liceu, que a partir de então se transformaria no foyer do cinema proposto. A sugestão de Lúcio Costa propõe basicamente apenas a eliminação de alguns elementos construtivos e a modificação de algumas características que não eram comuns à arquitetura dita “tradicional”. No seu parecer sugere a supressão da platibanda e frontões, dando visibilidade à cobertura antes escondida, impondo ao edifício um longo beiral, ao tempo em que também propõe a uniformização da forma e dimensão dos vãos, à semelhança do que ocorria nas edificações coloniais.



Figuras 14 e 15: À esquerda, vista da fachada do antigo Liceu de Ouro Preto. À direita, vista da fachada do cinema Vila Rica após reforma, observando-se a ocupação dos seus afastamentos laterais por edificações construídas no “estilo patrimônio”.
Fonte: Arquivo do SPHAN-PróMemória (esquerda) / Arquivo pessoal de Rodrigo Espinha Barreto (direita)

Sem dúvida o resultado da reforma atenua o contraste entre a arquitetura de inspiração eclética do prédio do antigo Liceu com a arquitetura colonial, de linhas mais sóbrias, presente em sua

⁵⁰ COSTA, Lúcio apud MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto, uma história de conceitos e critério. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 22, 1987. p. 110.

vizinhança. Contudo o resultado, sob a perspectiva do discurso defendido por Lucio Costa, paradoxalmente, implica em algo contraditório e falso, que não explicita nas suas linhas a(s) temporalidade(s) da obra, seja da construção anteriormente existente, seja da reforma então efetivada. Posteriormente, edificações concebidas segundo as características da arquitetura “estilo patrimônio”, como já mencionado anteriormente, foram construídas nos afastamentos laterais do edifício original do Liceu, suprimindo mais uma das características inerentes à arquitetura eclética, relacionada à forma com que o edifício era implantado no lote. Desta maneira, alcançava-se um resultado ainda mais eficiente no que tocava à neutralização da presença do edifício, originalmente concebido segundo uma arquitetura dita bastarda, em relação à paisagem do contexto edificado em que se encontrava (Figura 15).

Outra intervenção também orientada pelo olhar crítico de Lúcio Costa, segue praticamente a mesma lógica e foi efetivada em um sobrado eclético (Figura 16) localizado quase em frente ao cinema, nas imediações do moderno edifício do Grande Hotel de Ouro Preto. Da mesma forma que o prédio do antigo Liceu, o sobrado que viria a ser ocupado pela agência do Banco do Estado de Minas Gerais (BEMGE), passou por uma reforma que retirou a platibanda das suas fachadas, sendo estas substituídas por um beiral com acabamento em cachorrado com guarda-pó, característico da arquitetura civil mineira do período colonial. Neste caso a disposição dos vãos não foi modificada, tendo em vista que, as suas dimensões e afastamento regulares, eram compatíveis com a tradição da arquitetura corrente na cidade colonial (Figura 17).



Figuras 16 e 17: À esquerda, vista de trecho urbano de Ouro Preto, vendo-se, acima da Casa dos Contos, o terreno onde seria construído o Grande Hotel (na parte inferior direita, vê-se a fachada com platibanda do sobrado ocupado pelo BEMGE). À direita, vista da fachada frontal do sobrado e do seu entorno imediato, após a reforma.

Fonte: Arquivo do SPHAN-PróMemória (esquerda) / Arquivo pessoal de Rodrigo Espinha Barreto (direita)

Parecem ter sido as platibandas, correntes na arquitetura do academicismo, o elemento construtivo que viria a ser identificado simbolicamente como o de maior carga negativa, não só por terem sido um dos mais característicos desta estética arquitetônica abominada pelos modernos, mas também pela sua utilização frequente nas reformas implementadas ao longo do final século XIX e início do século XX, quando, através da sua inserção, sobrepondo os antigos beirais das edificações, buscava-se às atualizações do gosto e a “modernização” das antigas fachadas coloniais. Ao menos é o que se pode depreender das intervenções feitas até os anos 90, em que estas foram sistematicamente suprimidas, não apenas em Ouro Preto, mas em inúmeros casos distribuídos entre os conjuntos históricos tombados em todo o Brasil.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o curto período entre 1937 e 1945 coincidiu em Portugal e no Brasil a vigência de regimes ditatoriais de direita, com a particularidade de ambos se designarem como Estado Novo. Contudo, são maiores as diferenças entre os regimes de Oliveira Salazar e de Getúlio Vargas do que as semelhanças, e isso notou-se também nas relações que estabelecem com o patrimônio arquitetônico. Quando o Estado Novo brasileiro foi instituído, já o Estado Novo português tinha quatro anos de existência, a que se somavam mais sete anos de regime ditatorial militar, que lhe deu origem. Por outro lado, depois do término da ditadura estadonovista brasileira, ainda a portuguesa sobreviveu por mais 29 anos. Embora ambos os regimes tenham inicialmente dado ênfase à modernização dos seus estados, pouco a pouco o Estado Novo português começou a voltar-se para um conservadorismo tradicionalista, olhando sob uma perspectiva saudosista para um passado de glória nacional que se queria recuperar. Já o Estado Novo brasileiro fundamentava-se na perspectiva de consolidação de um país moderno, voltado para o futuro, ciente da sua potencial grandiosidade no presente.

As diferenças estavam patentes também no modo como cada regime encarava o seu patrimônio monumental. Portugal era um país com oito séculos de história enquanto nação independente, possuindo um extenso rol de patrimônio edificado que ia desde a pré-história, ainda muito anterior à formação do país. O Brasil era um país relativamente recente, com pouco mais de um século de independência, e contando com pouco mais de quatro séculos desde a chegada dos portugueses (claro que existiam também inúmeras culturas indígenas anteriores à chegada dos portugueses, mas com um universo cultural em termos materiais mais limitado, parece terem sido preteridas em prol da cultura europeia). Na verdade, a própria noção de patrimônio cultural brasileiro ainda estava por se construir.

Quando o Estado Novo português foi implantado, já existiam em Portugal, desde antes, instituições voltadas para a salvaguarda patrimonial, assim como alguma experiência acumulada no que se relacionava à preservação patrimonial. O regime ditatorial português veio enfatizar a importância do patrimônio como parte da propaganda política, instrumentalizando-o em proveito dos seus objetivos; com isso criou uma instituição nacional com um departamento dedicado ao patrimônio arquitetônico, e promoveu um conjunto substancial de intervenções nos monumentos portugueses com os objetivos de recuperar a auto-estima nacional, de auto-promover a sua obra governamental, e de legitimar-se a si próprio ao colocar-se ao mesmo nível dos eventos gloriosos do passado nacional. O Estado Novo português recuperava assim o Passado e, quando achava necessário, reescrevia-o de acordo com a sua ideologia, o que se traduziu na reinterpretação de alguns monumentos, e na obliteração de partes do seu passado noutros, ao tentar-se reintegrá-los na sua forma inicial. Contudo, ainda assim se pode atribuir grande mérito ao Estado Novo pelo seu determinante papel na salvaguarda do patrimônio arquitetônico português.

Já no Brasil é justamente ao iniciar-se o Estado Novo que se estabelece a primeira instituição oficial destinada à implementação de políticas de preservação dos bens culturais do país: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Do mesmo modo que o seu homônimo português, o Estado Novo brasileiro também instrumentalizou ideologicamente o conceito de patrimônio arquitetônico para servir aos seus interesses; porém, contrariamente ao regime português, o Estado Novo brasileiro projetava-se no futuro como orientação a seguir, e assim sendo a noção de o patrimônio cultural do país abarcava uma temporalidade diferenciada, onde o antigo somente ganhava significação ao fundamentar o sentido de modernidade do presente que, por sua vez, alicerçava as perspectivas de um futuro grandioso. Esta visão de patrimônio cultural, cristalizada no Brasil a partir do Estado Novo, vai ser hegemônica por cerca de quatro décadas depois, caracterizando a maioria das ações de preservação implementadas no país, até os anos de 1970,



No período em que vigoraram os regimes ditatoriais homônimos em Portugal e no Brasil existiu de fato um intercâmbio significativo entre ambos os países, seja no âmbito político, comercial, econômico e cultural. As comemorações do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração da Independência de Portugal em 1940 foram talvez o momento mais significativo e simbólico desse intercâmbio, que motivou um conjunto de visitas oficiais entre os dois países. Entre essas visitas, algumas foram de caráter técnico-cultural, envolvendo também profissionais ligados ao patrimônio arquitetônico e, neste caso, funcionários da DGEMN ou do SPHAN; contudo, é muito provável que as influências que poderão ter existido nas políticas e operações de intervenção patrimonial não tenham sido substanciais. Curioso é constatar que apesar de serem muitas as diferenças no modo como cada regime abordava o patrimônio cultural do seu país, em muitas práticas de restauração dos seus monumentos, as semelhanças, ao menos no que tocavam à busca de uma pureza original através das reconstruções ou à supressão de testemunhos de temporalidades indesejadas, foram muitas vezes evidenciadas.

REFERÊNCIAS:

- ANDRADE, Mário. Prefácio Interessantíssimo. In: RODRIGUES, A. Medina (et. al.). **Antologia da Literatura brasileira: textos comentados**. São Paulo: Marco, 1979. vol. 2.
- _____. **Obra Imatura**. São Paulo: Martins Editora, 1960.
- BOLETIM DA DGEMN. Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1935-1990.
- BRITO, Margarida Acciaiuoli de. **Exposições do Estado Novo: 1934-1940**. Lisboa: Livros Horizonte, 1998.
- BRUAN, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 4ª. Edição, 2002.
- CARONE, Edgard. **Brasil: Anos de crise (1930-1945)**. São Paulo: Ática, 1991.
- CHAVES, Luís. As Injúrias do Homem nos Monumentos. In: **Brotéria**. Lisboa, 1933. v. 17, p. 208-219.
- CORTE-REAL, Augusto de Castro Sampaio. **A Exposição do Mundo Português e a sua Finalidade Nacional**. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1940.
- COSTA, Lúcio. Uma Escola de Viva de Belas-Artes. In. **Arquitetura Moderna brasileira: Depoimentos de uma geração**. São Paulo: Pini / ABEA / Fundação Vilanova Artigas, 1987.
- CUNHA, Luís Manuel. **A Nação nas Malhas da sua Identidade: O Estado Novo e a Construção da Identidade Nacional**. Porto: Edições Afrontamento, 2001.
- CUSTÓDIO, Jorge Raimundo (coord.). **100 Anos de Património: Memória e Identidade (Portugal 1910-2010)**. Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, 2010.
- CUSTÓDIO, Jorge Raimundo. **“Renascença” Artística e Práticas de Conservação e Restauro Arquitectónico em Portugal, Durante a Primeira República**. 3 v. Dissertação (Doutoramento em Arquitectura)–Universidade de Évora, 2008
- DIRECÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS. **Obras em Monumentos Nacionais**. Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais - Ministério das Obras Públicas, 1949.
- _____. **15 Anos de Obras Públicas**. Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – Ministério das Obras Públicas, 1947. Catálogo de exposição.
- FABRIS, Annateresa (org.). **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Nobel / Edusp, 1987.
- FERRO, António. **Salazar**. Aveiro: Edições do Templo, 1978.
- FONSECA, Maria Cecília L. da. **Construções do Passado: Concepções sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (Brasil: anos 70-80)**. Brasília: Instituto de Ciências Humanas da UnB, 1994. (Tese de Doutorado)



GOMES, Ângela Maria Castro. O redescobrimto do Brasil; A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica; GOMES, Ângela Maria Castro. **Estado Novo: Ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

KESSEL, Carlos. **Arquitetura Neocolonial no Brasil**: Entre o pastiche e a modernidade. Rio de Janeiro: Jauá Editora, 2008.

LEVINE, Robert. **O Regime de Vargas, 1934-1938**: Anos críticos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MELO, Daniel Seixas de. **Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001.

MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto, uma história de conceitos e critério. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 22, 1987.

NETO, Maria João. **Memória, Propaganda e Poder**: O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960). Porto: FAUP Publicações, 2001.

Ó, Jorge Ramos do. **Os Anos de Ferro**: O Dispositivo Cultural durante a "Política do Espírito" (1933-1949). Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

PINTO, António Costa (coord.). **O Fascismo em Portugal**. Lisboa: A Regra do Jogo, 1982.

_____ (org.). **O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia**. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1987.

REVISTA DOS CENTENÁRIOS. Lisboa: Comissão Nacional dos Centenários, 1939-1940.

SALAZAR, António de Oliveira. **Discursos e Notas Políticas**. Coimbra: Coimbra Editora, 1928-1967. 6 v.

SANT'ANNA, Márcia. **Da Cidade-Monumento à Cidade-Documento**: A trajetória da norma de preservação no Brasil (1937-1990). Salvador: PPG-AU / UFBA, 1995. (Dissertação de Mestrado).

_____. Modernismo e Patrimônio: o antigo-moderno e o novo-antigo. In: CARDOSO, Luiz A. F. e OLIVEIRA, Olívia F. de (org.). **(Re)Discutindo o Modernismo**: Universalidade e diversidade em arquitetura e urbanismo modernos no Brasil. Salvador: MAU / UFBA, 1977.

SANTOS, Joaquim Rodrigues dos. **Anamnesis del Castillo como Bien Patrimonial**: Construcción de la Imagen, Forma y (Re)Funcionalización en la Rehabilitación de Fortificaciones Medievales en Portugal. 2 v. Dissertação (Doutoramento em Arquitectura) – Escola Técnica Superior de Arquitectura e Geodesia, Universidade de Alcalá, Alcalá de Henares, 2012.

SECRETARIADO NACIONAL DE INFORMAÇÃO. **Catorze Anos de Política do Espírito**. Lisboa: Secretariado Nacional de Informação, 1948.

SILVA, Henrique Gomes da. Monumentos Nacionais – Orientação Técnica a Seguir no seu Restauro. In: I CONGRESSO DA UNIÃO NACIONAL: Discursos, Teses e Comunicações. Lisboa, 2010, **Actas....** Lisboa: Edição da União Nacional, 1935. p.53-64.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

SCHWARTZMAN, Simon. **Estado Novo: Um auto-retrato**. Brasília: Editora da UnB, 1983.

TOMÉ, Miguel Ferreira. **Patrimônio e Restauro em Portugal (1920-1995)**. Porto: FAUP Publicações, 2002.

TORGAL, Luís Reis. **História e Ideologia**. Coimbra: Livraria Minerva, 1989.

VIEIRA, Liliane de Castro. Largo do Coimbra, Ouro Preto: a trajetória de um espaço frente ao pensamento moderno e à política de preservação do SPHAN. In: **Anais do VI Seminário DOCOMOMO-Brasil**: Moderno e Nacional. Niteroi: UFF, 2005.